

*Rodrigo da Guia Silva*



**REMÉDIOS AO  
INADIMPLEMENTO  
DOS PRINCÍPIO DO  
CONTRATOS EQUILÍBRIO  
E TUTELA DO  
PROGRAMA  
CONTRATUAL**



PREFÁCIO

*Gustavo Tepedino*

TESE VENCEDORA DO  
*Prêmio Renan Lotufo*  
**2023**

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Ana Carolina Francisco

*Estagiária:* Aline Pavanelli

*Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital*

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Especialistas Editoriais:* Emanuel Silva, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analistas de Operações Editoriais:* Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial e ProView:* Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

*Capa:* Linotec

*Lider de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILIA FUREGATO DA SILVA**

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Silva, Rodrigo da Guia  
**Remédios ao inadimplemento dos contratos : princípio do equilíbrio e tutela do programa contratual / Rodrigo da Guia Silva. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.**

**Bibliografia.**  
ISBN 978-65-260-0129-5

1. Contratos (Direito) - Brasil 2. Inadimplemento contratual I. Título.

23-159179

CDDU-347.44

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Contratos : Direito civil 347.44

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

## SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR.....	7
AGRADECIMENTOS .....	9
PREFÁCIO .....	13
INTRODUÇÃO.....	23
1. O PAPEL DO EQUILÍBRIO CONTRATUAL NA PRINCIPIOLOGIA DO DIREITO DOS CONTRATOS .....	41
1.1. “Quem diz contratual, diz justo”: a formulação autorreferenciada do equilíbrio contratual.....	43
1.1.1. O paradigma liberal na teoria contratual clássica: breves notas....	44
1.1.2. Autonomia privada e os denominados princípios contratuais clássicos (liberdade contratual, obrigatoriedade dos pactos e relatividade dos efeitos do contrato) .....	50
1.1.3. A íntima correlação entre as noções de liberdade, justiça e equilíbrio no paradigma liberal clássico .....	56
1.1.4. Manifestações da reascensão do paradigma liberal no plano internacional e no plano doméstico: notas sobre a escolha da lei aplicável aos contratos internacionais e sobre a Lei da Liberdade Econômica (Lei nº. 13.874/2019) .....	63
1.2. Percurso rumo à materialização da liberdade e da justiça contratuais: a formulação heterorreferenciada do equilíbrio contratual .....	76
1.2.1. Ascensão do dirigismo contratual e o germinar da teoria contratual contemporânea .....	77
1.2.2. Ressignificação da autonomia privada no contexto metodológico de materialização do direito contratual .....	83
1.2.3. Contornos de uma formulação heterorreferenciada do equilíbrio contratual.....	88
1.3. Limitações das formulações tradicionais para a compreensão da fenomenologia do equilíbrio contratual no direito brasileiro.....	99

1.3.1.	Limitações da formulação autorreferenciada do equilíbrio contratual.....	99
1.3.2.	Limitações da formulação heterorreferenciada do equilíbrio contratual.....	106
1.3.2.1.	Equilíbrio, proporcionalidade econômico-financeira e vulnerabilidade nos contratos: um cotejo necessário....	107
1.3.2.2.	Distinção conceitual e funcional entre o equilíbrio contratual e a proporcionalidade econômico-financeira...	125
1.4.	A configuração do princípio do equilíbrio contratual a partir de uma análise funcional da obrigatoriedade dos pactos.....	129
1.4.1.	A inadequada invocação do equilíbrio contratual como suposto parâmetro para a valoração da legitimidade das avenças .....	129
1.4.2.	● escopo do princípio do equilíbrio contratual no direito brasileiro: tutelado do programa contratual diante das vicissitudes supervenientes .....	132
1.4.2.1.	Investigação do escopo do princípio do equilíbrio contratual a partir da análise dos principais dispositivos legais (e formulações teóricas correlatas) em matéria de onerosidade excessiva .....	133
1.4.2.1.a.	Código Civil: arts. 317, 478, 479 e 480.....	133
1.4.2.1.b.	Código de Defesa do Consumidor: art. 6º, V... ..	140
1.4.2.2.	Ainda sobre o escopo do princípio do equilíbrio contratual: breve olhar sobre as teorias da cláusula “rebus sic stantibus”, da imprevisão, da pressuposição e das bases do negócio jurídico .....	143
1.4.2.2.a.	Cláusula “rebus sic stantibus”, teoria da imprevisão e teoria da pressuposição .....	143
1.4.2.2.b.	Teorias da base do negócio jurídico .....	148
2.	<b>POR UMA RENOVADA PRINCIPIOLOGIA DE PROTEÇÃO DO PROGRAMA CONTRATUAL DIANTE DO INADIMPLEMENTO .....</b>	<b>155</b>
2.1.	Equilíbrio contratual. alocação de riscos e obrigatoriedade dos pactos ....	156
2.1.1.	A investigação da “justiça contratual” como etapa antecedente à atuação do princípio do equilíbrio contratual .....	158
2.1.2.	A complexidade do programa contratual cuja máxima promoção é imposta pelo princípio do equilíbrio contratual.....	165
2.1.3.	Uma releitura funcional do princípio da obrigatoriedade dos pactos: equilíbrio contratual e o imperativo de promoção (eficiente e dinâmica) do programa contratual de interesses.....	168

2.2.	Qualificação do inadimplemento à luz do princípio do equilíbrio contratual: o inadimplemento contratual como circunstância de desequilíbrio imputável ao devedor.....	178
2.2.1.	A força centrípeta do conceito de inadimplemento contratual.....	179
2.2.2.	Imputabilidade do descumprimento: qualificação do inadimplemento como descumprimento (ou desequilíbrio) imputável ao devedor.....	189
2.2.3.	A composição do interesse útil do credor a partir da conjugação do interesse na prestação com o interesse no resultado .....	195
2.2.4.	Alguns exemplos de <i>fattispecie</i> passíveis de qualificação como inadimplemento contratual: vícios redibitórios, evicção, vício do produto, vício do serviço e impossibilidade superveniente culposa .....	199
2.2.4.1.	Vícios redibitórios .....	199
2.2.4.2.	Evicção.....	202
2.2.4.3.	Vícios do produto e do serviço.....	203
2.2.4.4.	Impossibilidade superveniente culposa.....	204
2.2.5.	Influxos do presente raciocínio sobre a distinção entre inadimplemento relativo (mora) e inadimplemento absoluto .....	205
2.2.6.	Primeiras impressões com vistas à sistematização das vicissitudes supervenientes à formação do contrato .....	209
2.3.	Horizontes para uma perspectiva remedial no direito contratual: tutela das situações jurídicas subjetivas em perspectiva civil-constitucional... ..	212
2.3.1.	Uma introdução ao estudo da operatividade dos remédios no direito privado.....	212
2.3.2.	A linguagem dos direitos e a linguagem dos remédios: aspectos da tutela das situações jurídicas subjetivas nos sistemas do <i>Civil Law</i> e do <i>Common Law</i> .....	217
2.3.3.	Alguns contornos da configuração do <i>Civil Law</i> segundo a metodologia civil-constitucional.....	223
2.3.4.	Efetividade da tutela jurisdicional e flexibilidade do sistema remedial: premissas para a superação da taxatividade dos remédios .....	229
2.3.5.	A constante busca pelo “justo remédio” no direito civil: incidibilidade entre o juízo de merecimento de tutela e o juízo de individualização do adequado mecanismo para tal merecida tutela.....	241

3.	<b>NOVAS PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DOS REMÉDIOS AO INADIMPLE- MENTO CONTRATUAL</b> .....	247
3.1.	Repercussões de uma perspectiva remedial sobre o reconhecimento da não taxatividade das hipóteses de incidência dos remédios ao inadimplemento .....	252
3.1.1.	O caráter assistemático do tratamento dispensado pela legislação ao tema dos remédios ao inadimplemento.....	253
3.1.2.	A encontrada enunciação da suposta “exclusividade” dos remédios ao inadimplemento .....	261
3.1.3.	Contradições inerentes à enunciação da suposta “exclusividade” dos remédios ao inadimplemento.....	273
3.1.4.	Superação da (inexistente) “exclusividade” e perspectivas para a sistematização dos remédios dispensados ao inadimplemento e às demais hipóteses de desequilíbrio imputável.....	280
3.2.	A revisão do contrato como remédio possível para o inadimplemento.....	283
3.2.1.	Difusão e consolidação da legitimidade da revisão como remédio vocado à tutela de hipóteses de desequilíbrio contratual imputável.....	284
3.2.1.a.	● remédio revisional no contexto da onerosidade excessiva.....	284
3.2.1.b.	● outras manifestações da revisão como remédio de- flagrado por circunstâncias de desequilíbrio inimpu- tável.....	288
3.2.2.	Subsistência da ampla consagração do remédio revisional após o advento da Lei da Liberdade Econômica (Lei nº. 13.874/2019) e a respectiva proclamação da “excepcionalidade da revisão contratual” .....	293
3.2.3.	Sequelas da indevida “fuga para a responsabilidade civil”: o recurso à indenização das perdas e danos como resposta pragmática a hipóteses que demandariam autêntica incidência do remédio revisional .....	300
3.2.4.	Polissemia da “responsabilidade contratual”: uma necessária diferenciação entre a “responsabilidade pelo inadimplemento contratual” e a “responsabilidade civil contratual” .....	311
3.2.5.	Exemplos de consagração, pelo direito positivo brasileiro, da legitimidade da revisão como remédio possível para o inadim- plemento contratual.....	315

3.2.5.a.	Relações de consumo: direito do consumidor ao “abatimento proporcional do preço” diante de vício do produto ou do serviço .....	315
3.2.5.b.	Relações paritárias: exemplos contidos no Código Civil e na CISG.....	318
3.2.6.	Perspectivas e desafios para a sistematização e a expansão das hipóteses de incidência da revisão como remédio ao inadimplemento contratual.....	322
3.3.	Remédios conformativos (mecanismos de cumprimento suplementar de prestações cumpridas de modo imperfeito): reparo, reexecução e substituição .....	328
3.3.1.	Exemplos de consagração, pelo direito positivo brasileiro, da legitimidade do reparo, da reexecução e da substituição como remédios conformativos de prestações cumpridas de modo imperfeito .....	329
3.3.1.a.	Relações de consumo: ampla consagração dos remédios de “reparo”, “substituição”, “reexecução” e “complementação” .....	329
3.3.1.b.	Relações paritárias: exemplos contidos na CISG .....	334
3.3.2.	Perspectivas e desafios para a sistematização e a expansão das hipóteses de incidência dos remédios conformativos.....	335
3.3.3.	Expansão dos remédios conformativos e primado da tutela específica no direito brasileiro: um cotejo necessário.....	348
3.3.4.	Reflexões sobre a qualificação dos mecanismos de “execução substitutiva” (ou “tutela substitutiva”): o caso da “compra substitutiva” e da “venda substitutiva” .....	354
	CONCLUSÃO.....	365
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	371
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	403
	ÍNDICE REMISSIVO DE LEGISLAÇÃO.....	407